



ALAP 2020

IX Congreso de la Asociación
Latinoamericana de Población



9 a 11 diciembre

EL ROL DE LOS ESTUDIOS DE POBLACIÓN TRAS LA PANDEMIA DE COVID-19 Y
EL DESAFÍO DE LA IGUALDAD EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE

Joice Melo Vieira, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), joicemv@unicamp.br

**Mobilidade educacional intergeracional e formação de família:
uma aproximação a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2014**

Resumo

Esse estudo tem como população alvo mulheres brasileiras egressas do ensino superior. Testa-se a hipótese de que as mulheres que são a segunda geração de suas famílias a concluir a universidade apresentariam diferenciais no que tange à formação do par conjugal e à concepção de filhos em relação àquelas mulheres altamente escolarizadas cujos pais não concluíram o ensino superior. Os dados utilizados são provenientes do Suplemento sobre Mobilidade Sócio-Ocupacional da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2014. Aplicam-se regressões logísticas binárias com o intuito de identificar se há relação pertinente entre a escolaridade dos pais e das mães de mulheres altamente escolarizadas sobre as chances delas: 1) estarem ou não unida; 2) terem filhos; 3) uma vez unida, estarem em união consensual ou casamento formal; 4) uma vez unida, terem filhos. Os resultados indicam certa associação da educação da mãe e as chances de mulheres altamente escolarizadas estarem em união, mas não se verifica relação estatisticamente significativa com o tipo de união em que se inserem. Quanto à reprodução, egressas do ensino superior que superaram a escolaridade secundária de suas mães têm menos chances de ter filhos do que suas contemporâneas originárias de famílias que já estão em sua segunda geração universitária.

Introdução

Nas últimas três décadas, o Brasil passou por transformações sociais importantes. A estabilização econômica – aliada a programas sociais de erradicação da fome e redução da pobreza extrema – foi também acompanhada de políticas de universalização do acesso à educação e expansão do sistema universitário (Amaral, 2013; Krawczyk, 2013; Carnoy, 2016). As novas gerações foram diretamente beneficiadas por essas mudanças, seja porque as condicionalidades dos programas sociais exigiam como contrapartida a permanência de crianças e adolescentes no sistema escolar, seja porque a bonança econômica e oferta de empregos mais estáveis durante os anos finais do século XX e a primeira década do século XXI, permitiram às famílias investir na educação dos filhos. Este cenário favorável moldou experiências que facilitaram o surgimento de novas aspirações, valores e expectativas frente ao futuro.

É amplamente aceito que o investimento dos anos de juventude em escolarização, qualificação profissional e construção da carreira exige em grande medida o adiamento das chamadas transições familiares (Camarano, Mello e Kanso, 2006; Vieira, 2008; Debert, 2010). Segundo a visão socialmente hegemônica, é necessário esperar “a hora certa” para a formação do par conjugal e para o nascimento dos filhos. Esse momento ideal para constituir família é comumente entendido como posterior à autonomia financeira via obtenção de um emprego fixo e condizente com o estilo de vida idealizado

pelos sujeitos. É plausível supor que expectativas elevadas de mobilidade social em alguns casos, ou a impossibilidade de manter determinado padrão de consumo em outros, levem a uma constante postergação da formação de família, ou ainda à sua completa supressão dentro do projeto de vida de homens e mulheres.

Embora estejam bem documentados os diferenciais no comportamento da fecundidade e da nupcialidade segundo nível educacional alcançado pelos indivíduos (Longo e Miranda-Ribeiro, 2012; Berquó e Cavenaghi, 2014; Cavenaghi e Berquó, 2014; Vieira, 2016), permanece uma incógnita se aqueles que são a primeira geração de suas famílias a conquistar um diploma universitário, ou a concluir o ensino médio, se adequam rapidamente aos padrões familiares típicos do grupo social no qual estão ingressando; ou se, pelo contrário, eles mantêm traços característicos do seu grupo social de origem; ou ainda, se a mobilidade implica no desenvolvimento de padrões de nupcialidade e fecundidade *sui generis*. Seguindo essa linha de raciocínio, caberia perguntar: existem especificidades no grupo daqueles que conquistaram mobilidade educacional intergeracional ascendente? Seriam eles mais propensos a não terem filhos do que os demais? Tenderiam mais ao casamento formal, justamente por que casar poderia significar maior status e simbolizar êxito pessoal e econômico? Ou na realidade seria justamente o oposto, tenderiam mais à união consensual, historicamente mais presente e aceita em seu grupo social de origem? Essas são algumas perguntas que permanecem sem resposta para o caso brasileiro.

O presente artigo pretende transitar na fronteira entre a Sociologia e a Demografia justamente para explorar a relação entre mobilidade educacional intergeracional e os processos de formação do par conjugal e nascimento dos filhos. A população alvo dessa análise são mulheres que concluíram o curso superior, ou seja, que chegaram ao ápice da pirâmide educacional. Explora-se se há diferenciais no que diz respeito à formação do par conjugal e de prole entre graduadas que são filhas de pais que já detinham titulação universitária e graduadas cujos pais eram menos escolarizados.

Bernardi e Ballarino (2016) argumentam que nas democracias modernas a educação funciona por definição como o grande equalizador social. Quando as oportunidades são iguais para todos, não há uma relação determinante entre origem social e nível educacional, a ocupação que os indivíduos desempenham e a posição que ocupam no mercado de trabalho dependem exclusivamente de sua educação e qualificação, de maneira que a origem social, em um mundo ideal, não deve interferir no retorno educacional no mercado de trabalho. Assim, em democracias modernas, é esperado que a associação entre origem e nível educacional seja fraca; quanto mais forte ela for, maior é o indício de inequidades na estrutura de oportunidades. Da mesma forma, espera-se que a associação entre a posição social de origem e a de destino após a escolarização seja franca. Quanto mais forte ela for, sinaliza que ocorre a transmissão intergeracional de desigualdades socioeconômicas, ou seja, há um

conjunto de vantagens e desvantagens sociais que são simplesmente herdadas sem qualquer merecimento individual. Por fim, nas democracias modernas, assume-se como ideal a ser perseguido que a associação entre a educação e o “destino” (a posição ocupada após a escolarização) seja forte, pois isso evidencia que os retornos educacionais são seguros e que o mérito e o esforço são premiados sem a interferência da origem social dada pelo nascimento.

Tomando em conta que a maior parte da literatura nacional e internacional sobre mobilidade está centrada na mensuração dos retornos educacionais, bem como tem documentado a evolução das desigualdades educacionais ao longo do tempo e a transmissão intergeracional da pobreza/riqueza, o presente estudo pretende se inserir nesse debate questionando até que ponto a educação atua como um equalizador em matéria de ocorrência dos eventos demográficos. O processo de constituição de família daqueles que atingiram um mesmo nível educacional é similar, independentemente do nível educacional dos pais desses indivíduos?

Deve-se reconhecer que a questão da mobilidade social e da estratificação social sempre estiveram presentes nas principais teorizações do campo demográfico. Entendendo-se aqui por estratificação social a segmentação de uma sociedade em grupos ordenados hierarquicamente e distinguíveis uns dos outros em função das condições socioeconômicas desiguais de que dispõem (Bobbio, 1998).

Quando se discute as razões que motivam o controle e a redução da fecundidade, seja no contexto da transição demográfica ou da segunda transição demográfica, o desejo de ascensão social, ou ao menos de obtenção de algum tipo de vantagem social, é claramente mencionado. Desde Notestein (1945), passando por Becker (1987), Lesthaeghe (1995) e Van de Kaa (2002), apenas para mencionar alguns dos clássicos da área, ressalta-se que a redução do número de filhos na Europa de meados do século XIX teria começado nos estratos sociais mais altos, visando evitar a pulverização do patrimônio, garantindo a manutenção de vantagens sociais para a geração mais jovem. Paulatinamente, a prática do controle da fecundidade teria se difundido entre os demais grupos sociais com o intuito de oferecer melhores condições de vida à prole, ou ao menos favorecer as suas chances de mobilidade ascendente em um mundo que se modernizava e se capitalizava como nunca antes na história.

Hoje, considerando uma maior disponibilidade de dados sobre o Brasil e certa transição educacional em curso nas últimas décadas impulsionada pela universalização do acesso ao ensino fundamental e crescente expansão do ensino médio e superior, caberia indagar se há especificidades no que diz respeito ao comportamento da nupcialidade e constituição de prole daqueles que vivenciam uma mobilidade educacional intergeracional ascendente.

Metodologia

A fonte de dados utilizada, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2014, contou com um suplemento sobre mobilidade sócio-ocupacional. Os respondentes potenciais desse suplemento eram moradores de 16 anos ou mais, independentemente da posição no domicílio. Deve-se destacar que a estratégia de levantamento de dados adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para esse suplemento contou com a construção uma amostra aleatória específica, de maneira que essa subamostra quando expandida é representativa da população brasileira de 16 anos e mais em 2014. O suplemento sobre mobilidade sócio-ocupacional da PNAD 2014 foi respondido por 57.896 pessoas de ambos os sexos de 16 anos ou mais de idade. Apenas a própria pessoa selecionada estava apta a prestar informação sobre si.

Para cumprir com os objetivos desse artigo, entre os respondentes do suplemento sobre mobilidade sócio-ocupacional foram selecionadas apenas mulheres com curso superior completo – 4.130 casos – que após a expansão da amostra, totalizavam aproximadamente 10 milhões de mulheres. Esse grupo formado pelas mulheres altamente escolarizadas representava 12,7% do total de mulheres de 16+ anos.

Para avaliar se aquelas mulheres que haviam superado a escolaridade de seus pais tinham comportamento reprodutivo e de formação do par conjugal diferenciado em relação àquelas que apenas reproduziam a alta escolaridade de seus pais, recorreu-se à construção de 4 modelos de regressão logística binária.

No primeiro deles, a variável resposta é estar ou não em união, e as variáveis explicativas testadas diziam respeito a idade; raça/cor; estrutura da família de origem quando a entrevistada tinha 15 anos; escolaridade da mãe; escolaridade do pai; e ter tido seus próprios filhos.

No segundo, a variável resposta é ter ou não ter filhos, e as variáveis explicativas testadas foram idade; raça/cor; estrutura da família de origem quando a entrevistada tinha 15 anos; escolaridade da mãe; escolaridade do pai; e situação conjugal.

O terceiro modelo considera exclusivamente as mulheres em união e assume como variável resposta estar ou não casada formalmente. As variáveis explicativas estudadas foram a idade; raça/cor; estrutura da família de origem quando a entrevistada tinha 15 anos; escolaridade da mãe; escolaridade do pai; e ter tido seus próprios filhos.

Por fim, o quarto modelo ajustado novamente considera apenas as mulheres que tinham cônjuge. Considera como variável resposta ter ou não ter filhos, e como variáveis explicativas idade; raça/cor; estrutura da família de origem quando a entrevistada tinha 15 anos; escolaridade da mãe; escolaridade do pai; e tipo de união.

Resultados

A PNAD 2014 revela que entre as brasileiras altamente escolarizadas, ou seja, aquelas que possuem ao menos graduação completa; 67,5% eram brancas; 52% são filhas de mães que tinham no máximo o fundamental completo e 44,5% são filhas de pais com no máximo o fundamental completo. O grupo composto por no mínimo duas gerações universitárias em uma mesma família, é minoritário. Apenas 13% das mães e 14,4% dos pais dessas mulheres altamente escolarizadas tinham eles próprios conquistado um diploma no ensino superior. Independentemente do nível de escolaridade dos pais, a estrutura familiar predominante quando as entrevistas tinham quinze anos era aquela fundada na presença de um casal de adultos (80,5%). Quanto ao estado conjugal das mulheres respondentes do suplemento de mobilidade sócio-ocupacional, 24,9% nunca haviam estado unidas; 18,3% não tinham cônjuge, mas tinham experiência prévia de união; 12% viviam em união consensual; e 44,7% eram formalmente casadas. Cerca de 41,3% das mulheres altamente escolarizadas não tinham filhos até o momento da entrevista, bem como praticamente metade tinha menos de 40 anos.

Tabela 1 – Brasil, 2014: Distribuição das mulheres altamente escolarizadas segundo a escolaridade do pai e da mãe quando elas próprias tinham 15 anos de idade.

		Escolaridade do pai				Total
		Não sabe/ desconhecido	Fundamental	Médio	Superior	
Escolaridade da mãe	Não sabe/ Desconhecido	8,5	2,0	0,7	0,5	11,8
	Fundamental	8,2	36,5	5,3	2,0	52,0
	Médio	3,6	4,4	9,9	5,3	23,2
	Superior	2,3	1,6	2,5	6,6	13,0
Total		22,5	44,5	18,5	14,4	100,0

Fonte: IBGE/PNAD 2014.

Tabela 2 – Brasil, 2014: Distribuição das mulheres altamente escolarizadas segundo grupo etário

Grupo etário	Frequência	Porcentagem
Até 29 anos	2.006.512	20,1
30-39 anos	2.906.215	29,1
40-49 anos	2.217.174	22,2
50-59 anos	1.701.829	17,1
60+ anos	1.146.000	11,5
Total	9.977.730	100,0

Fonte: IBGE/PNAD 2014.

Tabela 3 – Brasil, 2014: Distribuição das mulheres altamente escolarizadas segundo raça/cor

Raça/cor	Frequência	Porcentagem
Branca	6.731.847	67,5
Preta	522.153	5,2
Parda	2.551.365	25,6
Amarela	149.672	1,5
Indígena	22.693	0,2
Total	9.977.730	100,0

Fonte: IBGE/PNAD 2014.

Tabela 4 – Brasil, 2014: Distribuição das mulheres altamente escolarizadas segundo estado conjugal

Estado conjugal	Frequência	Porcentagem
Nunca unida	2.487.577	24,9
Alguma vez unida	1.829.958	18,3
Em união consensual	1.197.102	12,0
Casada	4.463.093	44,7
Total	9.977.730	100,0

Fonte: IBGE/PNAD 2014.

Tabela 5 – Brasil, 2014: Distribuição das mulheres altamente escolarizadas segundo a presença do pai e da mãe no domicílio quando elas próprias tinham 15 anos de idade

Presença dos pais no domicílio	Frequência	Porcentagem
Morava com pai e mãe	8029836	80,5
Morava só com a mãe	1310272	13,1
Morava só com o pai	229777	2,3
Morava sem ambos	407845	4,1

Fonte: IBGE/PNAD 2014.

Os modelos logísticos preliminares indicaram que a escolaridade da mãe, está associada às chances de uma mulher altamente escolarizada estar em união (Modelo 1), mas não com o tipo de união em que ela se insere (Modelo 3). Mulheres com formação superior cujas mães possuem até o fundamental completo têm cerca de 45% a mais de chance de estarem unidas do que aquelas cujas mães já detinham diploma universitário, controlando-se pela idade da mulher, bem como após efetuar testes com todas as variáveis indicadas no tópico metodológico (Modelo 1). Ou seja, mulheres altamente escolarizadas que são primeira geração com título superior são mais propensas a estarem unidas do que aquelas que são pelo menos a segunda geração a concluir o ensino superior em suas famílias. No que se refere precisamente à idade, as mulheres altamente escolarizadas com idades entre 30 e 49 anos são mais propensas a estarem em união do que aquelas com até 29 anos. Já não ser branca ou amarela, diminui as chances de estar unida em 34,2%.

Quanto ao tipo de união (Modelo 3), mulheres mais velhas, brancas ou amarela e com filhos tem maiores chances de estarem formalmente casadas. Contudo, ter superado a escolaridade do pai ou da mãe não demonstra ter relação estatisticamente significativa com o tipo de união em que a mulher altamente escolarizada se insere.

Ao se considerar todas as mulheres altamente escolarizadas, independentemente da situação conjugal (Modelo 2), nota-se que as mulheres mais velhas, casadas, não brancas são mais possuem maior tendência a serem mães. No que tange, à educação da mãe, ressalta-se que as mulheres altamente escolarizadas cujas mães tinham alcançado o ensino médio tinham 40,5% a menos de

chance de terem seus próprios filhos do que aquelas que já eram pelo menos a segunda geração de universitárias em suas respectivas famílias.

Quando se considera as chances de ter filhos exclusivamente das mulheres inseridas em uma união (Modelo 4), observam-se tendências similares às aquelas delineadas pelo Modelo 3. Ter filhos está mais fortemente associado às mulheres altamente escolarizadas casadas do que às aquelas em união consensual. As não brancas e mais velhas seguem sendo mais propensas a terem filhos; e intensifica-se o diferencial entre as que são ao menos segunda geração universitária e aquelas cujas mães haviam alcançado no máximo o ensino médio. As egressas do ensino superior filhas de mulheres que chegaram no máximo ao ensino médio tinham uma chance 49,3% menor de ser mãe do que aquelas que já eram ao menos segunda geração universitária na família.

Modelo 1 – Mulheres com ensino superior completo, Brasil, 2014: Razões de chance (RC) obtidas a partir de regressão logística binária considerando como variável resposta estar unida (sim x não).

Variáveis	Categorias	Sig.	RC	Intervalo de confiança para RC	
				Inferior	Superior
Idade (Ref. Até 29 anos)	30-39 anos	0,000	1,899	1,542	2,339
	40-49 anos	0,002	1,440	1,139	1,820
	50-59 anos	0,048	0,777	0,605	0,997
	60+ anos	0,000	0,542	0,412	0,714
Raça/cor (Ref. Branca/Amarela)	Preta/Parda/Indígena	0,001	0,767	0,658	0,895
Escolaridade da mãe (Ref. Superior)	Não sabe/Não declarado	0,001	1,614	1,205	2,161
	Fundamental	0,001	1,452	1,158	1,820
	Médio	0,121	1,212	0,950	1,545
Presença de filhos (Ref. não)	Sim, tem filhos	0,000	5,495	4,690	6,439

Fonte: Elaboração própria a partir do suplemento sobre mobilidade sócio-ocupacional da PNAD 2014.

Modelo 2 – Mulheres com ensino superior completo, Brasil, 2014: Razões de chance (RC) obtidas a partir de regressão logística binária considerando como variável resposta ter filhos (sim x não).

Variáveis	Categorias	Sig.	RC	Intervalo de confiança para RC	
				Inferior	Superior
Idade (Ref. Até 29 anos)	30-39 anos	0,000	3,308	2,576	4,247
	40-49 anos	0,000	6,975	5,271	9,229
	50-59 anos	0,000	7,153	5,263	9,722
	60+ anos	0,000	6,286	4,489	8,802
Raça/cor (Ref. Branca/Amarela)	Preta/Parda/Indígena	0,003	1,325	1,098	1,600
Escolaridade da mãe (Ref. Superior)	Não sabe/Não declarado	0,818	0,960	0,675	1,363
	Fundamental	0,961	0,993	0,751	1,314
	Médio	0,001	0,595	0,442	0,803
Situação conjugal (Ref. Casada)	Nunca unida	0,000	0,027	0,020	0,035
	Alguma vez unida	0,033	0,783	0,625	0,980
	Em união consensual	0,000	0,594	0,468	0,753

Fonte: Elaboração própria a partir do suplemento sobre mobilidade sócio-ocupacional da PNAD 2014.

Modelo 3 – Mulheres unidas com ensino superior completo, Brasil, 2014: Razões de chance (RC) obtidas a partir de regressão logística binária considerando como variável resposta casamento formal (sim x não).

Variáveis	Categorias	Sig.	RC	Intervalo de confiança para RC	
				Inferior	Superior
Idade (Ref. Até 29 anos)	30-39 anos	0,127	1,277	0,933	1,749
	40-49 anos	0,190	1,254	0,894	1,759
	50-59 anos	0,003	1,816	1,225	2,691
	60+ anos	0,000	2,501	1,521	4,112
Raça/cor (Ref. Branca/Amarela)	Preta/Parda/Indígena	0,000	0,618	0,497	0,769
Presença de filhos (Ref. não)	Sim, tem filhos	0,000	1,695	1,335	2,153

Fonte: Elaboração própria a partir do suplemento sobre mobilidade sócio-ocupacional da PNAD 2014.

Modelo 4 – Mulheres unidas com ensino superior completo, Brasil, 2014: Razões de chance (RC) obtidas a partir de regressão logística binária considerando como variável resposta ter filhos (sim x não).

Variáveis	Categorias	Sig.	RC	Intervalo de confiança para RC	
				Inferior	Superior
Idade (Ref. Até 29 anos)	30-39 anos	0,000	3,348	2,508	4,468
	40-49 anos	0,000	7,186	5,156	10,016
	50-59 anos	0,000	8,672	5,824	12,911
	60+ anos	0,000	7,268	4,615	11,447
Raça/cor (Ref. Branca/Amarela)	Preta/Parda/Indígena	0,001	1,476	1,165	1,871
Escolaridade da mãe (Ref. Superior)	Não sabe/Não declarado	0,908	0,975	0,631	1,506
	Fundamental	0,508	0,891	0,633	1,255
	Médio	0,000	0,507	0,352	0,729
Tipo de união (Ref. União consensual)	Casamento formal	0,000	1,681	1,321	2,139

Fonte: Elaboração própria a partir do suplemento sobre mobilidade sócio-ocupacional da PNAD 2014.

Considerações finais

Este estudo centrou-se no comportamento da nupcialidade e constituição de família com filhos entre mulheres brasileiras altamente escolarizadas, buscando elucidar se existe algum tipo de especificidade entre aquelas que são primeira geração universitária de suas famílias quando contrastadas àquelas cujos pais já detinham títulos universitários. Destaca-se que a escolaridade paterna não se mostrou significativa em nenhum modelo, devendo-se, no entanto, registrar que praticamente uma em cada cinco mulheres não informa a escolaridade do pai, enquanto apenas uma em cada dez aproximadamente deixa de indicar a escolaridade da mãe. Isso em alguma medida empobrece a informação disponível sobre os pais. De todas as formas, a escolaridade materna se impõe como mais impactante no comportamento sociodemográfico adotado pelas filhas altamente escolarizadas.

Mulheres provenientes de famílias em que as mães têm apenas o ensino fundamental são mais propensas a entrarem em união do que aquelas cujas mães são graduadas; por outro lado, a escolaridade das mães não parece impactar o tipo de união escolhido. Já quando se considera a propensão à maternidade, observa-se que o tipo de união parece importar, sendo as formalmente casadas mais inclinadas a terem filhos do que àquelas que vivem em união consensual. Quando se

considera exclusivamente as mulheres com cônjuge, aquelas que são segunda geração universitária de suas famílias são mais propensas a terem filhos do que aquelas cujas mães possuem ensino médio, sendo essa diferença estatisticamente significativa.

Referências bibliográficas

AMARAL, Ernesto.; MONTEIRO, Vinícius do Prado. Avaliação de Impacto das condicionalidades de educação do Programa Bolsa Família (2005 e 2009). **Dados**, v. 56, n. 3, 2013, pp. 531-70.

BECKER, Gary Stanley. **A Treatise on the Family**. Harvard University Press, 2009.

BERNARDI, Fabrizio; BALLARINO, Gabriele (Ed.). **Education, occupation and social origin: A comparative analysis of the transmission of socio-economic inequalities**. Edward Elgar Publishing, 2016.

BERQUÓ, Elza S.; CAVENAGHI, Suzana M. Notas sobre os diferenciais educacionais e econômicos da fecundidade no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 31, n. 2, p. 471-482, 2014.

BOBBIO, Norberto et al. Estratificação Social. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 11ª ed., 1998.

CAMARANO, Ana Amélia; MELLO, Juliana Leitão; KANSO, Solange. Do nascimento à morte: principais transições. **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição**, p. 31-60, 2006.

CARNOY, Martin et al. **Expansão das universidades em uma economia global em mudança: um triunfo dos BRIC**. Brasília: Capes, 2016.

CAVENAGHI, Suzana; BERQUÓ, Elza. Perfil socioeconômico e demográfico da fecundidade no Brasil de 2000 a 2010. In: S. Cavenaghi y W. Cabella (orgs.), **Comportamiento reproductivo y fecundidad en América Latina: Una agenda inconclusa**, Serie e-Investigaciones, Nº 3, Río de Janeiro, Asociación Latinoamericana de Población (ALAP), p. 67-89, 2014.

DEBERT, Guita Grin. A dissolução da vida adulta e a juventude como valor. **Horizontes Antropológicos**, v. 16, n. 34, p. 49-70, 2010.

KRAWCZYK, Nora. Reflexão sobre alguns desafios do ensino médio no Brasil hoje. **Cadernos de pesquisa**, v. 41, n. 144, p. 752-769, 2013.

LESTHAEGHE, Ron. The second demographic transition in Western countries: An interpretation. **Gender and family change in industrialized countries**, p. 17-62, 1995.

LONGO, Luciene; MIRANDA-RIBEIRO, Paula. Bem-me-quer, mal-me-quer: raça/cor, educação e seletividade marital feminina no Brasil em 2010. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 27, n. 2, 2012.

NOTESTEIN, Frank. Population - the long view. In: T.W. Schultz (ed), **Food for the World**, Chicago: Chicago University Press, 1945.

VAN DE KAA, Dirk J. The idea of a second demographic transition in industrialized countries. **Birth**, v. 35, p. 45, 2002.

VIEIRA, Joice Melo Transição para a vida adulta no Brasil: análise comparada ente 1970 e 2000. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v.25, n.1, p. 27-48, jan./jun. 2008.

VIEIRA, Joice Melo. Diferenciales en la fecundidad brasileña según la naturaleza de la unión: algunas reflexiones sobre decisiones reproductivas y convivencia. ***Notas de Población***, 102, 67–94, 2016.